

QUE GEOGRAFIA É ESSA? UMA ANÁLISE DE UM LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Lucas Barbosa Lima

Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia

Mestrado no Programa de Pós Graduação em Antropologia (UFBA)

Doutorando no Programa de Estudos Étnicos e Africanos (UFBA)

E-mail: lucasbaeducador@gmail.com

Resumo: Que geografia é essa? É o resultado de uma análise de conteúdo acerca de um livro didático no nível médio de Geografia. Tal atividade foi resultado de uma disciplina no Doutorado com o professor Rafael Sanzio, que nos provocou a pensar sobre o conteúdo de geografia ensinado nas escolas. O resultado da análise gerou um resultado absurdo, demonstrando questões muito problemática na questão racial. O livro carece de conteúdo de acordo com a Lei 10.639 e 11.445, o que significa dizer que produz um conteúdo racista.

Palavras chaves: Geografia, Livro didático, Racismo.

Abstract: What geography is this? It is the result of a content analysis about a didactic book in the medium level of Geography. This activity was the result of a discipline in the Doctorate with Professor Rafael Sanzio, which provoked us to think about the content of geography taught in schools. The result of the analysis generated an absurd result, demonstrating very problematic issues in the racial issue. The book lacks content according to Law 10.639 and 11.445, which means that it produces racist content.

Keywords: Geography, Textbook, Racism.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo identificar e refletir acerca do material didático aplicado em salas de aulas do ensino médio no que tange ao ensino da geografia ao mesmo tempo, entender qual

o lugar da geografia dentro do novo modelo de ensino médio. Por meio de uma análise de conteúdo (Gaskel, 2002) utilizo enquanto material a ser analisado a 3ª edição do livro Geografia geral e do Brasil espaço geográfico e globalização dos autores João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene (2016) lançado pela Editora Scipione.

Este artigo objetiva discutir a geografia antes da mudança para o novo modelo de ensino médio adotado em 2022 de acordo a Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ao mesmo tempo pensar o lugar da geografia nesta nova estrutura. Ou seja, este artigo provoca pensar qual geografia nós tínhamos, qual nós temos e qual geografia nós queremos.

Os livros didáticos servem de base para uma prática comum entre professores de cada área do conhecimento, de acordo com a LDB e organizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Retrospectivamente é importante pontuar que desde a constituição de 1988 foi prevista a necessidade da criação de uma base comum do ensino e aprendizagem no Brasil, mas apenas em 1996 ganhou formato pela Lei de nº 9.394/1996 que definiu e regularizou a organização da educação brasileira com base nos princípios presentes na Constituição, mas foi apenas em 2014 que a BNCC foi criada enquanto uma meta do Plano Nacional de Educação (PNE).

A Base Nacional Comum Curricular tem como objetivo estabelecer uma grade curricular comum que propicie um conjunto de conhecimentos e habilidades de forma horizontal, ou seja, um ensino que seja para igualar o conhecimento, ao mesmo tempo reduzir as desigualdades educacionais em todo o Brasil, nivelando, bem como, elevando a qualidade do ensino.

A proposta do governo é criar uma base comum que forme estudantes com habilidades consideradas enquanto “essenciais” para a atual sociedade. Em conclusão, entende-se que a ferramenta comum que possibilita a equidade de informações é o material didático.

O livro didático é a ferramenta principal para garantir um ensino minimamente¹ mais igualitário em toda rede básica a nível nacional, desta forma, o livro didático é um recurso pedagógico essencial, estratégico e caro para pensar a educação no Brasil. Por isso, entendo a produção deste artigo, enquanto um termômetro para pensarmos como anda o processo de ensino. Ao mesmo tempo politizar a importância dos conteúdos que compõe os livros didáticos a partir do livro didático da geografia.

As escolhas dos livros didáticos são circunstanciais a realidade de cada projeto político-pedagógico da escola, ao seu corpo de alunos e professores e à realidade sociocultural das instituições. A coordenação pedagógica e os professores podem selecionar os livros que estão

¹ Minimamente porque existem outros elementos que devem ser considerados como essencial como estrutura escolar, carga horária docente, plano de carreira dos docentes, valorização dos profissionais da escola.

disponíveis no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O governo estipula que as escolas devem apresentar duas opções na escolha de cada livro para cada ano e disciplina, caso não seja escolhida a primeira opção, o FNDE sugere a escola uma segunda seleção.

Como dito anteriormente, o livro escolhido foi da coleção Geografia geral e do Brasil espaço geográfico e globalização dos autores João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene (2016).

Entendo os livros didáticos enquanto um produto, uma narrativa que emprega um sentido cosmo perceptivo do espaço e tempo. Por isso, enquanto ferramenta análise de dados, será empregado a Análise de Conteúdo que se compõem em três grandes etapas: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados e interpretação, enquanto resultados da formulação: ideologia + história + linguagem. (Gaskel, 2002).

Uma nota sobre as editoras

Desta forma, cabe situar o livro primeiro pelos seus autores, mas também pela editora. Vejamos, não quero responsabilizar autores muito menos a editora, mas é fundamental pensarmos na lógica de formatação, edição e escolha dos livros didáticos. A premissa que “tudo é política” é um ponto de partida para compreender que todo o processo de organização da própria LDB está atravessado por uma lógica econômica neoliberal.

Para as professoras Ediane Lopes e Marina Caprio (2008) embora haja uma autonomia administrativa na LDB. Os livros didáticos, conteúdos, programas e critérios ainda possuem um “controle” e fiscalização que continuam reféns de uma lógica neo liberal do mercado. Ainda para as professoras, cabe enfatizar as questões no que tange à privatização da educação, tal qual se manifesta por exigências de certificação, forçando a escola a adotar as leis de mercado enquanto uma proposta “pedagógica”. Lopes e Caprio (2008) delineiam a íntima relação entre do capital financeira na elaboração da LDB. Para as autoras, não significa que isso faça a educação virar refém, ao contrário, é uma estratégia retórica e burocrática garantir os interesses econômicos. Embora este artigo não pretenda aprofundar questões no que tange as influências financeiras na educação, é de suma importância entender que os livros aqui analisados são frutos de uma lógica refém de um capital financeiro.

Sobre os autores

Os autores João Carlos Moreira e Eustáquio de Sene possuem um amplo histórico de publicações de materiais didáticos no Brasil. João Carlos Moreira é Bacharel em Geografia pela

Universidade de São Paulo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Professor de Geografia das redes pública e privada de ensino por quinze anos Advogado (OAB/SP). Eustáquio de Sene é Bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade de São Paulo, Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, Professor de Geografia das redes pública e privada de Ensino Médio por quinze anos, Professor de Metodologia do Ensino de Geografia na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo por cinco anos.

Ambos autores possuem dezenas de publicações de livros de geografia do ensino médio, ao mesmo tempo que são professores em exercício da rede do ensino médio tanto pública quanto privada. Neste sentido, uma publicação que tem origem de seus punhos possui uma credibilidade no mercado respaldada pelo amplo registro de produções. O que nos leva a pensar automaticamente, quais publicações destes autores passam por umas avaliações?

Em tempos aonde o ensino médio vem sendo organizado dentro de uma lógica multidisciplinar, mas, sobretudo voltado ao mercado contemporâneo, é necessário usarmos os olhares interdisciplinares a favor de uma ciência próxima de uma justiça social.

Analisando o conteúdo do livro

Como dito anteriormente, o livro escolhido foi a 3ª edição do livro Geografia geral e do Brasil espaço geográfico e globalização é o segundo volume de uma coleção com 3 livros.

O livro está dividido em 3 unidades, a primeira e detém apresentar pressupostos dos métodos e teorias da Geografia englobando os mais diversos aspectos da ciência, distribuído em 5 capítulos, sendo eles:

Unidade I: Mundo contemporâneo: Economia geopolítica e sociedade

Capítulo I: O desenvolvimento do capitalismo

- 1- Capitalismo Comercial
- 2- Capitalismo Industrial
- 3- Capitalismo Financeiro
- 4- Capitalismo Informacional

Capítulo II: A globalização e seus fluxos

- 1- Globalização
- 2- Fluxo de capitais especulativo e produtivo
- 3- Fluxo de informações
- 4- Fluxo de turistas

5- Mundialização da sociedade de consumo

Capítulo III: O Desenvolvimento Humano

- 1- Heterogeneidade dos países em desenvolvimento
- 2- Índice de desenvolvimento Humano
- 3- Percepção da corrupção e dos estados frágeis

Capítulo IV: A ordem Internacional

- 1- Ordem Geopolítica
- 2- Ordem Econômica
- 3- Nova Ordem internacional

Capítulo V: Conflitos Armados no mundo

- 1- Conflitos Armados uma visão geral
- 2- Guerrilha, terrorismo e terrorismo de estado
- 3- Guerras Étnicos- religiosas e nacionalistas

A segunda unidade está focada na discussão no âmbito da geopolítica, a partir da discussão do surgimento da indústria enquanto elemento chave no desenvolvimento do capitalismo. Esta unidade está dividida em 4 capítulos:

Unidade II: Indústria no mundo

Capítulo VI: A Geografia das indústrias

- 1- Importância da Indústria
- 2- Distribuição das Indústrias
- 3- Organização da Produção Industrial
- 4- Exploração do Trabalho e da natureza

Capítulo VII: Economias desenvolvidas: A industrialização precursora

- 1- Reino Unido
- 2- Estados Unidos
- 3- Alemanha
- 4- Japão

Capítulo VIII: Economias em transição: A Industrialização planejada

1- Rússia

2- China

Capítulo IX: Economias emergentes a industrialização recente

1- América Latina

2- Tigres Asiáticos

3- Países do Fórum Ibas

Por fim, não menos importante a unidade III discute o processo de industrialização no Brasil.

Unidade III: Comércio e serviços no mundo, dividida em 2 capítulos:

Capítulo X: Comércio Internacional e os blocos regionais

1- Comércio Internacional

2- Blocos regionais

Capítulo XI: Os serviços internacionais

1- Serviço e comércio de serviços

2- Intercâmbio internacional de serviços

É importante frisar que o livro se propõe a ter uma perspectiva geográfica crítica, no entanto é inexistente a discussão acerca da contribuição dos povos afro diaspórico na formação e consolidação do Brasil, afirmação esta que está pautada no conjunto de dados analisados por uma perspectiva geográfica alinhada com o bem estar e justiça social no mundo.

O livro aponta que existe uma desigualdade geográfica formada pelo fluxo da globalização:

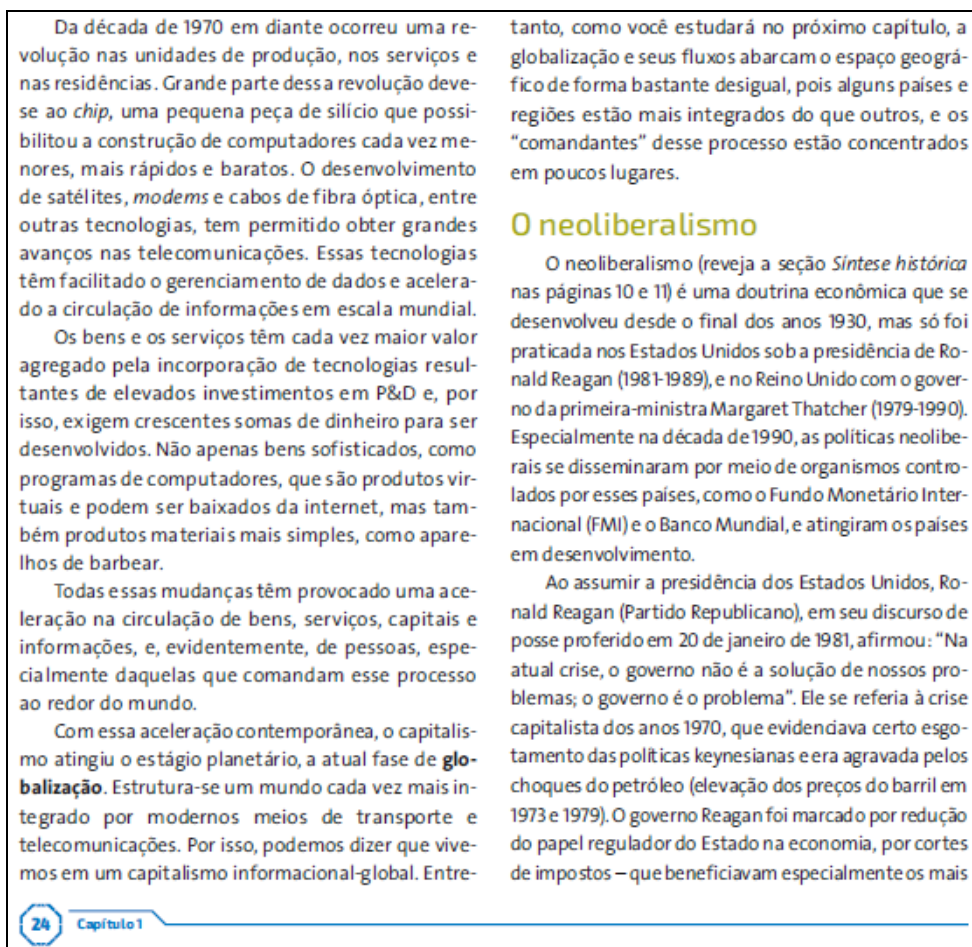


Imagem 1: Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização - p. 24.

Ao mesmo tempo ignora a dimensão imperialista da economia. A perspectiva econômica da geografia abordada pelo livro ofusca a dimensão racial, tornando-a inexistente.

Em um outro momento, especificamente no início do segundo capítulo intitulado *A globalização e seus fluxos*, o geógrafo Milton Santos é mencionado mas em nenhum momento a contribuição de Milton Santos é tratada enquanto resultado de uma análise sócio racial espacial do Brasil. Ou seja, o livro aponta que a formação das relações em níveis globais são desiguais e produzem fluxos diferentes - existem lugares que recebem mais investimentos infra estruturais do que outros, mas não aborda dados sócio raciais de cada território referenciado.

Na sequência o livro reivindica uma postura crítica dentro da geografia, no entanto não existe nenhum capítulo que aborde com seriedade as questões étnico-raciais, o que é muito estranho, já que é um livro de geografia geral e do Brasil além de ser um manual para o professor, ou seja, que tipo de base material os professores está tendo para levar para sala de aula, deixando de fora questões elementares da formação do país como a contribuição dos povos afro diaspóricos na ocupação e expansão do território brasileiro por exemplo. Sua atitude não pode ser compreendida

enquanto uma postura passiva em relação à contribuição dos povos afro diaspóricos e tradicionais para construção da geografia hoje, ao contrário é uma atitude fundamentalmente política.

O livro possui 374 páginas, e a palavra racismo só foi citada 04 vezes. Duas em referência a escravidão, e outras duas em referência ao apartheid na África do Sul. Ou seja, apesar de ser um livro crítico, ele não cita o racismo existente hoje no Brasil enquanto um fenômeno atual, ironicamente é um livro que não tem racismo.

No livro didático, em nenhum momento revela à existência de uma população negra no Brasil. A frase “negro no Brasil” só apareceu duas vezes no texto, pelo mesmo motivo, enquanto uma mera nota de referência enquanto uma referência bibliográfica.

Outras leituras



A escravidão no Brasil

Em 2008, a Lei da Abolição completou 120 anos. Essa lei, que se resumia a um único parágrafo, dizia estar extinta a escravidão no Brasil e revogava qualquer disposição em contrário. Entretanto, mais de cem anos depois, o Ministério do Trabalho divulgou, em 2003, o “Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo”, no qual afirmava (tendo por base os dados da Comissão Pastoral da Terra) que o Brasil possuía 25 mil pessoas trabalhando em situação análoga à escravidão. Afirma também que, no Brasil, “[...] a escravidão contemporânea manifesta-se na clandestinidade e é marcada pelo autoritarismo, corrupção, segregação social, racismo, clientelismo e desrespeito aos direitos humanos”. A existência atual da escravidão remete diretamente ao nosso passado escravista, pois, nos quase quatro séculos em que a escravidão no Brasil foi um negócio legal, base do nosso sistema social e econômico, ela definiu espaços sociais que hoje tentamos desconstruir, como o racismo, a cultura da violência, a má distribuição de renda e o desrespeito à cidadania. [...]

AMARAL, Sharyse Pinheiro do. *História do negro no Brasil*. Brasília: Ministério da Educação; Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2011. p. 10.



Protesto contra o trabalho escravo organizado pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo, em 12 de março de 2014. Segundo o Ministério do Trabalho, uma semana antes desse ato, 17 trabalhadores peruanos foram encontrados em situação análoga à de escravidão em uma confecção no bairro Cangaíba, em São Paulo (SP).

A escravidão surge como tema de discussão, a partir da concepção teórica marxista, a qual entende o trabalho assalariado enquanto substituição do trabalho escravo. Para os autores foi o genocídio étnico o principal responsável por dizimar pessoas na África e nas Américas. Ou seja, a responsabilidade foi dos grupos étnicos, e não de uma política genocida empreendido pelo continente Europeu.

Apesar da sua controvérsia, sugere como leitura uma passagem de um texto de Sharyse Piroupo Amaral intitulado *A História do negro no Brasil*, Brasília: Ministério da Educação; Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, 2011.

Um dos pontos que achei mais problemático do livro foi o fato de não haver nem sequer uma menção aos quilombos no Brasil. Procurei nas 374 páginas, não há uma menção de comunidades quilombolas, ou a povos tradicionais.

Também não foi encontrado no livro nenhum censo racial do Brasil ou outro país. Os censos apresentados no livro não apresentam pessoas, apenas números, o que nos leva a pensar “- Quem se interessa por uma geográfica **incolor?**” **O livro utiliza um** gráfico para ilustrar a quantidade de pessoas em condição legal de residência nos Estados Unidos, mas os números são apenas números. Além do que em nenhum momento realiza um exercício de comparação a realidade local - nacional. Os autores percebem a exploração do capital, mas não enxergam o racismo da sociedade brasileira.

Em outro momento, na discussão acerca da “arrancada” industrial a escravidão aparece como política de disputa entre durante a consolidação dos EUA, entre o norte e sul (p. 169).

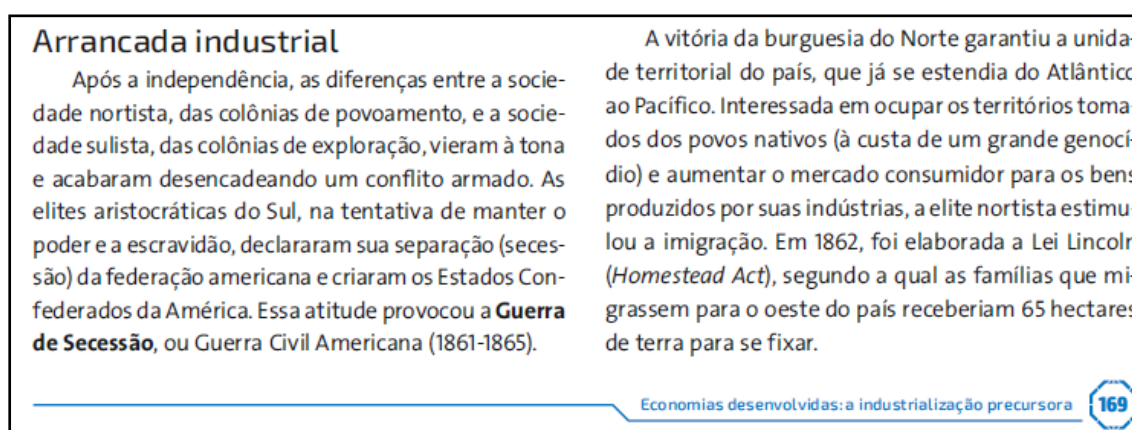


Imagem 3: Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização - p. 169.

O livro cria uma ideia de que apenas existiu conflito racial nos EUA. Neste sentido, é possível afirmar que o livro fortalece a ideia de que o cidadão brasileiro não tem cor, não tem identidade, é um cidadão destituído de identidade e cultura.

Em outro momento, o livro aborda que ainda no século XXI foram encontradas pessoas em situação de escravidão, desta forma, esboça um argumento em favor da importância de políticas públicas para diminuir as desigualdades sociais.

O livro faz uma breve discussão da falta de participação de pessoas negras na constituição do país, justificando a ausência pelo argumento da narração é dada por aqueles que “vencem” (p. 234). No entanto, não se trata apenas do vencedor contar a história, mas é entender que ao mesmo tempo em que o livro denuncia a omissão da narrativa comete o mesmo erro. Diversos momentos que poderiam ser trazidos à tona para pensarmos as relações no âmbito das relações étnico raciais ficam a desejar por parte dos autores.



Nesta seção a Geografia dialoga com a História e a Sociologia.



Sujeitos históricos e sujeitos “sem história”

Ao longo da história da humanidade observamos a ascensão e a marginalização de diversos grupos. Os “vencedores” de disputas e processos sociais recebem um papel de destaque nas páginas da História; já os vencidos, dominados e oprimidos são excluídos, marginalizados.

A análise histórica pela ótica dos grupos vencidos é o que o sociólogo alemão Walter Benjamin (1892-1940) chamou de “história a contrapelo”, ou seja, uma história que segue na direção contrária à da historiografia tradicional, visando escrever sobre aqueles sujeitos que antes não recebiam a devida atenção, que não tinham destaque no processo histórico.

Considerando a realidade descrita e o que você observa em seu cotidiano, leia as reportagens a seguir e responda às questões propostas.

Dilma sanciona lei que regulamentava as cotas nas universidades federais

A lei que obriga as universidades federais a oferecer metade de suas vagas para alunos de escolas públicas, assim como para negros e índios, foi publicada nesta segunda-feira [15 out. 2012] no “Diário Oficial da União”.

“Esta lei contribui para saldar uma dívida histórica do Brasil com nossos jovens mais pobres”, afirmou hoje a presidente Dilma Rousseff no programa de rádio “Café com a presidenta”.

As 59 universidades federais do país terão que aplicar a lei imediatamente para a seleção dos alunos para os cursos do próximo ano [2013], destacou a presidente. A lei estabelece que 12,5% das matrículas universitárias serão reservadas para cotistas em 2013. Esse percentual terá que ser elevado nos anos seguintes até chegar a 50% em 2016. [...] “Nosso objetivo, com essa lei, é ampliar o acesso às nossas universidades e aos nossos institutos federais para os jovens das escolas públicas, para os negros e para os índios. Essas universidades e os institutos estão entre os melhores do país e, muitas vezes, as pessoas vindas das escolas públicas têm dificuldade de ter acesso à universidade pública”, afirmou a presidente. A lei também prevê que entre os estudantes de escolas públicas admitidos nas universidades, selecionados segundo suas notas, serão oferecidas cotas específicas para aqueles que se declararem negros, mulatos, índios ou procedentes de famílias de baixa renda. Dessa forma, metade das cotas será oferecida para os estudantes com as melhores notas que comprovarem uma renda familiar inferior a um salário mínimo e meio por mês independente da etnia, e a outra metade aos que alegarem critérios étnicos, de forma proporcional à distribuição das etnias em cada estado do país. [...] As políticas de cotas foram declaradas constitucionais neste ano pelo Supremo Tribunal Federal em um julgamento no qual se pronunciou sobre uma reivindicação do partido Democratas (DEM) contra o sistema por considerá-lo sem sentido em uma sociedade etnicamente diversa como a brasileira.

AGÊNCIA EFE. Dilma sanciona lei que regulamentava as cotas nas universidades federais. R7 NOTÍCIAS, 15 out. 2012. Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/hoticias/dilma-sanciona-lei-que-regulamenta-as-cotas-nas-universidades-federais-201205.html>. Acesso em: 28 jan. 2016.



Estudantes realizam ato em favor das cotas nas universidades públicas em frente à Reitoria da Universidade de São Paulo (USP), no campus do Butantã, São Paulo (SP), em 2012.



Capítulo 9

Imagem 4: Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização - p. 234.

O texto afirma que apesar da Escravidão estar abolida no país há mais de 100 anos, ainda nos anos 2000 foram encontradas pessoas em situação de escravidão. Desta forma ainda guarda marcas do seu passado escravista que deixou consequências desiguais na sociedade brasileira. Por

isto existem políticas afirmativas para incluir pessoas em instituições do conhecimento e outros espaços de poder por políticas afirmativas.

| | |
|---|---|
| <p>O terrorismo também pode ser praticado pelo Estado, como na África do Sul, enquanto vigorou o regime <i>apartheid</i> (em africâner, 'separação'). Após a independência política em 1961, o Partido Nacional chegou ao poder, controlado pelos descendentes de imigrantes holandeses e alemães; a partir de então, a minoria branca oficializou o <i>apartheid</i>. Essa minoria (menos de 10% da população) controlava o aparelho estatal, as empresas e as terras e explorava a maioria negra, que vivia confinada em guetos, coagida pela violência e sem possibilidade de exercer direitos políticos mínimos. Durante o <i>apartheid</i>, as pessoas eram brancas ou negras, não havia meio-termo. Essa dicotomia, porém, perdeu um pouco de sua força com o fim desse regime segregacionista. De acordo com a Statistics South Africa, órgão responsável pelo Censo 2011 do país, os 50,6 milhões de sul-africanos são compostos de 79,5% de africanos (assim o Censo classifica os negros, divididos em diversas etnias: zulus, xhosas, pedis, sothos, etc.), 9% de brancos, 9% de <i>coloureds</i> (do inglês, 'mestiços') e 2,5% de indianos/asiáticos.</p> <p>Em 1994, quando Nelson Mandela (de etnia xhosa), após 27 anos de reclusão, foi eleito presidente da República, o <i>apartheid</i> foi extinto do ponto de vista jurídico-institucional.</p> | <p>No entanto, a herança da histórica discriminação negativa imposta aos negros, da falta de oportunidades e das desigualdades socioeconômicas ainda permanece na sociedade sul-africana. Por isso, o governo da África do Sul, no terceiro mandato de um presidente negro (Jacob Zuma, da etnia zulu, eleito em 2009 e reeleito em 2014), continuava pondo em prática as políticas de ação afirmativa iniciadas em 1994.</p> <div data-bbox="925 645 1311 1124" style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> <p>Ação afirmativa: expressão originada nos Estados Unidos, nos anos 1960, no contexto do movimento pelos direitos civis, cujo objetivo principal era assegurar oportunidades iguais para todas as pessoas, independentemente de sua origem étnico-racial. Conjunto de medidas compensatórias que busca igualar as oportunidades entre desiguais. Em geral, são medidas temporárias adotadas pelo Estado para compensar ou mitigar desigualdades socioeconômicas ou políticas provocadas por discriminação negativa de cunho étnico-racial, religioso, de gênero, etc., ocorridas no passado ou no presente. É uma forma de reparação da discriminação negativa ocorrida ao longo da História, como a imposta aos negros nos Estados Unidos e no Brasil, devido à escravidão, ou na África do Sul, devido ao <i>apartheid</i>. É também uma forma de compensação por desigualdades existentes no presente, garantindo a igualdade de oportunidades e a inclusão social.</p> </div> |
|---|---|

Imagem 5: Geografia Geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização - p. 101.

O livro deixa a desejar muito no que tange a sua perspectiva de geografia crítica. No livro não encontramos a cor dos cidadãos brasileiros. As únicas pessoas negras mencionadas são do continente africano, aparentemente segundo o livro, só existem pessoas negras na África. O livro também não faz menções à contribuição indígena na constituição do Brasil. Embora cite em algumas partes questões relacionadas a escravidão, não deixa brechas para que compreendamos a constituição do Brasil enquanto fruto do trabalho e contribuição afro indígena.

Podemos pensar que não é uma questão leviana não tratar da contribuição afro indígena, ao contrário, as menções aos povos que foram escravizados estão pareadas com a mesma ideologia que alimenta o racismo estrutural e histórico presente no país. Não trabalhar, muito menos mencionar a contribuição dos povos afro indígenas na construção do Brasil é também cometer crime. Importante enfatizar que a lei nº 10.639/2003 e 11.645/2008 tornam obrigatório o ensino da História e cultura africana e afro brasileira no currículo escolar com ênfase nas disciplinas de História, Arte e Literatura. No entanto, a “ênfase” em determinadas disciplinas não exclui a obrigatoriedade de tais

assuntos em outras matérias. A grande questão que o “não lugar” dos afro brasileiros em livros didáticos é historicamente naturalizado.

Onde está a geografia?

Este subtítulo é uma provocação ao novo modelo de ensino médio adotado em 2022 de acordo a Lei nº 13.415/2017 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio. De acordo com a BNCC no Novo Ensino Médio o componente curricular de Geografia deixou de existir, passou a integrar em formas de conceitos e temas na Área de conhecimento intitulada agora de Ciências Humanas e suas Tecnologias, que engloba as antigas disciplinas também extintas: História, Sociologia, Filosofia e Geografia.

A proposta que sustenta o argumento deste novo ensino médio é o aumento da carga horária dos estudantes, a adoção de uma base comum curricular e deixar enquanto uma escolha autônoma dos estudantes na escolha da sua formação.

Para João Paulo Rodrigues Almeida (2023) cabe geografia se refazer dentro da área das humanas, formando novos arranjos e formas para manter uma reciprocidade na construção do saber com as outras disciplinas.

Ainda é cedo para pensarmos os impactos deste novo ensino médio, mas especialistas apontam para um modelo que irá transformar estudantes em futuros profissionais reféns da lógica econômica do capital financeira global.

Portanto, acredito que antes Geografia Crítica estava na mão de uma perspectiva refém e limitante que só enxerga desigualdades econômicas, hoje, a geografia está escondida e refém de uma lógica neoliberal de pensar, e amanhã? Amanhã acredito que o desafio está colocado.

Por fim tratando-se do que cerne as editoras, é imprescindível sabermos que editoras, gráficas, e outros âmbitos de serviços terceirizados que fazem parte da educação, estão reféns á uma lógica predatória do capitalismo, desta forma é necessária uma proposta de política pública para que haja comissão técnica para avaliar o conteúdo destes livros com mais rigor e contextualizada a respectivas realidades.

Referências Bibliográficas

- BAUER, Martin W; Gaskell, George. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático. São Paulo: Vozes, 2002, p. 189-217.
- João Paulo Rodrigues Almeida; Edimilson Antônio Mota. Para onde vai a disciplina de Geografia no Ensino Médio na BNCC? In: ANAIS DO XII CONGRESSO FLUMINENSE DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA / V CONGRESSO FLUMINENSE DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2020, Campos dos Goytacazes. Anais eletrônicos... Campinas, Galoá, 2020. Disponível em: <<https://proceedings.science/confict-conpg-2020/trabalhos/para-onde-vai-a-disciplina-de-geografia-no-ensino-medio-na-bncc?lang=pt-br>>. Acesso em: 26 abr. 2023.
- LOPES, Ediane Carolina Peixoto Marques; CAPRIO, Marina. As influências do modelo neoliberal na educação. ReDra. vista on line de Política e Gestão Educacional.